

O Urbano em Processo e a Égide do Capital Mercantil

Autor: Denílson da Silva Araújo (UNICAMP/UFRN) - denilson@eco.unicamp.br

Sub-área: 13. Economia, Espaço e Urbanização

Submissão: Sessão Ordinária

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo precípua participar do debate sobre o fenômeno urbano no Brasil. A tese que defendemos é que o urbano é um fenômeno em processo, portanto, em constante transformação. Este processo de transformação contínua é conduzido pelo capital mercantil, principal agente coordenador da acumulação capitalista na esfera da circulação. Ademais, registramos em diferentes momentos desse trabalho que o urbano é o *locus* catalisador de diversos conflitos: Sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. Com base nessa complexidade, deixamos claro que não tem como conceituá-lo de forma precisa. Assim, o mais importante é tentar entendê-lo em seu movimento contraditório de construção e de destruição enquanto espaço social constituído utilizando-se para tanto a transdisciplinaridade envolvida no esforço de compreensão do mesmo. O fenômeno urbano enquanto produto da acumulação do capital ocorre em qualquer realidade social capitalista de forma contraditória, complexa e dinâmica, portanto, em processo.

Palavras-Chave: capital mercantil, urbanização, cidades

ABSTRACT

This work has as objective right to a preferential share to participate of the debate on the urban phenomenon in Brazil. The thesis that we defend is that the urban one is a phenomenon in process, therefore, in constant transformation. This process of continuous transformation is lead by the mercantile capital, main coordinating agent of the capitalist accumulation in the sphere of the circulation. Thus, we register at different moments of this work that the urban one is locus catalytic of diverse conflicts: Social, economic, politicians, cultural, etc. On the basis of this complexity, we leave clearly that it does not have as to appraise it of necessary form. Thus, most important it is to try to understand it in its contradictory movement of construction and destruction while social space consisting using itself for in such a way the involved several disciplines in the effort of understanding of the same. The urban phenomenon while product of the accumulation of the capital occurs in any capitalist social reality of contradictory, complex and dynamic form, therefore, in process.

Key words: mercantile capital, urbanization, cities

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal pretensão participar do debate sobre o fenômeno urbano. Defende-se a “tese” de que o urbano, em qualquer momento histórico do capitalismo, é um fenômeno em constante movimento, transformação. O movimento aqui referido é o de construção do espaço urbano social (edificação e demolição de prédios, de relações de propriedade, de dominação política, de hegemonia de classe e de facção de capital, de apropriação e expropriação de lucros, etc.). Por isso, deixamos patente a necessidade de estudarmos o fenômeno urbano captando em sua dinâmica os elementos (políticos, econômicos, sociais, culturais, etc.) capazes de explicá-lo teórica e empiricamente em vários momentos históricos. Assim, insistimos, intencionalmente, que o espaço urbano é uma mercadoria capaz de conferir aos seus proprietários lucros extraordinários.

É em seu movimento – de construção, destruição e reconstrução ininterrupta – que está a essência de sua valorização. Para consubstanciação de nossos objetivos buscamos, no tópico 1, resgatar um posicionamento contestador que desde há muito temos defendido: A frágil e nem sempre frutífera busca de conceitos com base apenas nos construtos científicos de uma única ciência para tornar clarividente a complexidade de determinados fenômenos. Quanto ao fenômeno urbano não nos detemos em um aspecto particular do mesmo como, por exemplo, o tipo de arquitetura desta ou daquela cidade ou na forma de ocupação deste ou daquele território. Neste tópico, deixamos patente que o fenômeno urbano não pode ser conceituado com precisão – devido a sua alta complexidade e dinâmica – senão apenas por aproximação. Por isso a importância da transdisciplinaridade ao analisá-lo.

No tópico 2 acrescentamos ao estudo do urbano a necessidade dessa análise ser levada a cabo através da compreensão da lógica do capital mercantil, ou seja, é este último que organiza o espaço urbano tornando-o meio de apropriação de vários tipos de rendas e de realização da mais-valia produzida pelo capital produtivo. A introjeção do capital mercantil à análise do fenômeno urbano é aprofundada no tópico 3 onde foi realizado um esforço para evidenciar o espaço urbano como uma mercadoria repleta de sinuosidades: É palco de produção e circulação de mais-valia; é ele próprio – o espaço urbano – uma mercadoria tencionada por vários agentes sociais, pois sua propriedade concede lucros e, em situações especiais, lucros extraordinários; é *locus* com forte potencial de catalisar os mais diversos conflitos sócio-econômicos (entre diversos agentes capitalistas e destes com o trabalho e o Estado); e, ao mesmo tempo, tem a capacidade de irradiar de sua síntese determinações sociais para o conjunto do sistema.

Nas considerações finais advertimos que em nenhum momento tentamos colocar nossas argumentações como respostas às crises do urbano nacional – passada e presente. Apenas buscamos ratificar a nossa crença de que é possível entender as ininterruptas transformações do urbano a partir das múltiplas contribuições científicas e da lógica da acumulação do capital mercantil.

1. O Urbano: um fenômeno sem conceito

A preocupação de buscar amparo na transdisciplinaridade para elucidação de alguns fenômenos científicos faz-se de melhor entendimento quando apresentamos o fenômeno que pretendemos conhecer, o urbano. Este é um tipo específico de fenômeno que necessita da transdisciplinaridade como única possibilidade de uma aproximação conceitual do mesmo. Não há evidências da existência de um conceito que o explicita em sua plenitude. A missão de analisá-lo torna-se mais árdua e de fôlego quando se faz patente a tese de que inexistente um corpo teórico definido sobre o mesmo (KOWARICK, 1995). Como é sabido, o fenômeno urbano pode ser explicado por um vasto leque de correntes científicas através de inúmeras possibilidades de problematização, dando origem a uma vasta variedade de temas e, por conseguinte, derivando diversas conclusões acerca do mesmo.

Estudá-lo impõe-nos a hercúlea missão de analisá-lo não só em sua complexidade, o que nos remete aos conhecimentos de outras ciências (apenas a economia não é suficiente) – e por isso a importância da transdisciplinaridade citada acima –, como também em sua dinamicidade. Por força exclusiva deste último aspecto temos que represar o fenômeno urbano a um intervalo temporal bem como a um espaço social concreto (geográfico, político, cultural, produtivo, classista, religioso, natural, etc.).

O movimento ininterrupto do urbano (seu aspecto dinâmico) não pode ser conceituado por nenhum paradigma científico pelo fato de, em parte, ser a síntese *efêmera* de diversos processos históricos que se estende do físico ao social (CORAGGIO, 1988), do cultural ao político-literário (LOBATO, 1948), do histórico-econômico ao político-social (CORAGGIO: 1988, CANO: 1983, OLIVEIRA: 1982, FARIA: 1978 e 1991 e KOWARICK: 1995), etc. De outra parte, o urbano não é apenas uma síntese estática de processos históricos. Do seu ulterior irradia múltiplas determinações sociais, políticas e econômicas. Por tudo isso, “... parece ilusório esperar pela construção de um objeto de conhecimento capaz de articular as múltiplas determinações que constituem um fenômeno particular em sua concretude e historicidade. Neste

sentido, esperar por uma teoria global e integral do urbano equivale a esperar por Godot” (FARIA, 1978, p. 91).

Entretanto, a falta de uma ciência específica do urbano, não inviabilizou vários e consistentes trabalhos sobre o mesmo. Nestes, foram tratados uma verdadeira avalanche de temáticas urbanas, como por exemplo: A questão do emprego nas cidades; das lutas de classes; dos sem-teto; da apropriação do espaço urbano; da urbanização; dos transportes; da criminalidade; da informalidade; da educação e da saúde; dos equipamentos de lazer; das florestas urbanas; dos problemáticos rios urbanos; da formação das redes urbanas; da concentração e desconcentração produtiva, etc. Todos esses trabalhos, não há dúvidas, foram enriquecedores para esclarecer por quantos ângulos pode ser tratada a questão urbana.

Percebe-se, portanto, que a transdisciplinaridade foi mais que contemplada no “plano” urbano. E o mais importante: o foi levando em consideração o espaço e o tempo, unidades sem as quais esvaziaria-se a discussão sobre nosso fenômeno. Todos os trabalhos se referem a momentos concretos, a formações sociais específicas, a construção do espaço social e político¹. Ademais, o *urbano em processo*, não se circunscreve a uma tendência apenas de ascensão. Seu movimento (processo) é uma unidade de ascensão e regressão, de construção e destruição, de progresso e involução do espaço social constituído. Assim, progresso e derrocada – ascensão e crise – seriam distintas dimensões de um mesmo processo, em essência, de um mesmo fenômeno.

Poderíamos citar sem-número de exemplos para ratificar o quanto o urbano é efêmero e, por isso o designamos de *urbano em processo*, mas restringir-nos-emos, neste tópico, apenas a um do passado colonial e outro do passado industrial mais recente. Deffontaines (1938), chamou a atenção para o fato de que muitas cidades mineiras, no século XVIII, experimentaram anos de prosperidade de uma “arquitetura fastidiosa”. Vila Rica, que depois veio ser Ouro Preto – capital de Minas Gerais àquele período – chegou a ter 100.000 habitantes. “Quando a prosperidade mineira declinou, no decurso do século XIX, a montanha ficou vazia com suas cidades mortas, verdadeiros monumentos históricos perdidos num deserto: São João Del Rei, Congonhas do Campo”. (DEFFONTAINES, 1938, p. 144).

Recentemente algumas pesquisas comprovaram que há uma tendência à desconcentração industrial e demográfica se deslocando das grandes áreas metropolitanas do Brasil para áreas urbanizadas de médio e eventualmente de pequeno porte. Esse processo evidencia-se com maior plenitude no estado de São Paulo. Outras defendem a possibilidade de que o processo de

¹ Podemos citar, com tais envergaduras científicas as análises de: Cano & Brandão (2002), Pacheco (2000), Diniz (2000), Wilson Cano (1983 e 1998), Francisco de Oliveira (1982), Paul Singer (1968), Ribeiro (1997), etc.

desconcentração industrial venha beneficiar algumas cidades nordestinas de porte médio, em especial suas capitais².

No entanto, uma vez reconhecida a importância das reflexões acima sobre o urbano, nos arriscamos em problematizar mais uma: O urbano desde de uma perspectiva do capital mercantil. Esta tentativa será substantivada no próximo tópico.

2. A Movimentação do Capital Mercantil: o *moto continuum* da urbanização no Brasil

Uma vez desenvolvida a sociedade do valor, a compreensão do que é capital passou a ser um dos fenômenos mais importantes para se entender as vicissitudes e limites do modo de produção capitalista. Em algumas passagens de O Capital, Marx (1985b) nos esclarece a importância do capital mercantil para a acumulação do sistema. De certo que Marx centralizou seus estudos na dinâmica intra-econômica (produtiva) do capitalismo. Estava, portanto, no centro de sua atenção conhecer as diferentes nuances do capital produtivo (industrial), na essência, preocupou-se com o processo de *valorização* do capital.

Marx analisou a sociedade capitalista em um período de plena, salvo redundância, *hegemonia* do capital produtivo. Para compreendê-la em sua totalidade, teve, inevitavelmente, de ceder parte de sua análise ao capital mercantil, ratificando com esse gesto que a produção capitalista era composta por dois momentos distintos, mas complementares – produção e circulação do valor mercadoria –, sem os quais não haveria a reprodução ampliada do capital. (TAVARES, 1998)

O capital mercantil, em sua análise, desfrutando da já sedimentada divisão social do trabalho, assumiu a tarefa de criar as condições necessárias para realização da mais-valia. Neste sentido, o capital mercantil é aquele que domina a esfera da circulação dos valores mercadorias e mantém com o capital industrial uma relação de complementaridade reprodutiva. Assim, é significativamente prudente ter em mente que “(...) o capital procura desincompatibilizar tempo e dinheiro para tarefas cada vez mais especializadas, para que não sofra solução de continuidade à sua valorização”. (BRANDÃO, 1996, p. 3). Executa esta tarefa quando transfere para outro capital – o mercantil – as obrigações da realização da mais-valia.

Estava claro em Marx que à medida que o capitalismo centrava-se no valor de troca o traslado de mercadorias seria elemento indispensável ao conjunto da acumulação, entendida esta última como reprodução do capital produtivo e reprodução do capital mercantil. Por isso a

² Ver especialmente para o caso de São Paulo, Pacheco & Patarra (2000), Cano (1998) especificamente o cap. 6 e IPEA/ IBGE/NESUR (IE-UNICAMP), 1999. Para cidades médias ver Clementino (2001).

importância deste último em sua tarefa de organizador do espaço urbano. Os portos e aeroportos, as estradas de ferro e as rodovias são edificações do capital mercantil. Pode-se mesmo afirmar que o capital mercantil costurou as conexões espaciais viabilizando a circulação do valor de troca, ou seja, do valor, por via da circulação da mercadoria em sua concretude.

Cabe a esse capital a função de retirar todas as barreiras que se antepõem à circulação da mercadoria. O fato é que nos preços das mercadorias são incluídos os custos de transportes socialmente necessários. Assim, quanto mais rápido a mercadoria transladar menor será o tempo do seu deslocamento pelo espaço e maior sua rotatividade fazendo com que se amplie os lucros capitalistas. É flagrante como Marx já havia atentado para a importância dos transportes e da comunicação para a viabilização da valorização do capital, da produção à circulação dos valores: “A medida que la producción va centrando-se cada vez más sobre el valor de cambio y, por tanto, sobre el cambio [mismo], van adquiriendo mayor importancia para ella las condiciones materiales del cambio, los medios de transporte y comunicación” (GRUNDRISSE, I. p. 378 *APUD* HARVEY, 1990, p. 380).

Para Harvey (1990) a permanente continuidade da circulação do capital é assegurada por meio de um sistema de transporte eficiente e espacialmente integrado, organizado na extensão de uma rede urbana também devidamente integrada. Desta forma, quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas nos setores diretamente envolvidos na circulação – isso vale para as indústrias que produzem material de transporte e comunicação para os setores de serviços (circulação) – menor será o tempo de circulação e, por conseguinte seus custos, acarretando flexibilidade imediata, salvo demais problemas de mercado, nos preços das mercadorias transladadas. Trata-se, pois, de abreviar os vastos espaços territoriais e o tempo que se interpõem entre a produção e a realização das mercadorias não como valores de uso, mas como valor.

No rastro da valorização do capital nos transportes e nas comunicações estende-se, cada vez mais, canais de valorização. Onde é organizado qualquer tipo de ampliação ou criação de nova infra-estrutura as terras que se avizinham tornam-se (espaços) extremamente valorizadas concedendo aos proprietários capitalistas rendas extraordinárias que lhes aumenta o poder de coordenação de alguns espaços territoriais garantindo-lhes maiores condições de especulação. Esse é um ambiente fértil de reprodução do capital mercantil.

Apesar de sua subsunção ao capital financeiro, nos dias de hoje, o capital mercantil é senhor absoluto da circulação das mercadorias. Neste movimento, construiu cidades, distritos industriais, bairros de luxo e, ao mesmo tempo e por conseqüência, bairros muito pobres. Com a mesma força que chega para construir, abandona e destrói seu antigo espaço de reprodução,

deixando-os vazios, fantasmagóricos... Mas, pode a ele retornar. Não há como acorrentá-lo, pois o capital mercantil, assim como o produtivo, só tem como limite ele mesmo e, como capital, não pode servir a outros interesses que não seja o da sua própria reprodução.

Não é de nosso interesse esclarecer este ponto tão bem teorizado pela literatura especializada. Chamamos apenas a atenção para o fato que Marx na parte Quarta do livro 3, dedicou sua atenção à análise do capital mercantil. Reconhecemos a força do capital produtivo e sua estreita relação com o capital financeiro. Porém, nosso propósito neste tópico é deixar claro a “importância” do movimento do capital mercantil em alguns momentos históricos de nossa sociedade, sobretudo quando se refere à urbanização nacional.

A tese principal a ser defendida neste tópico é que o capital mercantil foi o maior responsável pela organização, no espaço urbano, das condições necessárias à reprodução do capital. Neste momento advertimos que Marx, na parte quarta citada acima, enfatizou que o capital mercantil havia se independentizado do capital industrial. Assim, afirmamos que o urbano é o locus do capital mercantil! Em nossas sociedades (periféricas) o espaço urbano foi mais do que o lócus desse capital. É, também, produto de seu movimento.

No século XVIII, por exemplo, o capital comercial por via de uma extensa rede de abastecimento do mercado interno foi capaz de transladar quantidades significativas de mercadorias pelo vasto território nacional. A economia de subsistência nordestina (pecuária) chegou a abastecer algumas redes urbanas do Sudeste do país, sobretudo as Gerais, no período aurífero. Mais tarde, o Nordeste passou a ser importador de carne (charque) do Rio Grande do Sul. (SINGER, 1974)

Como, entre o século XVI às três décadas iniciais do século XX, a dinâmica econômica nacional esteve pautada na exportação de primários, é correto supor que os capitais de grande vulto estavam imobilizados na economia de exportação (mercado exterior, sobretudo) enquanto os capitais de menor vulto costuravam uma outra dimensão da dinâmica de acumulação, a interna. Muitos desses capitais eram de propriedade de comerciantes urbanos nacionais independentes, isto é, “as estratégias de acumulação desses negociantes não se constituíam em mero reflexo dos interesses comerciais metropolitanos” (VERGER, 1987; SCHWARTZ, 1988; FRAGOSO, 1992; FRAGOSO e FLORENTINO 1993; *APUD* ABREU, 1994).

O capital mercantil criou uma vasta rede urbana, muito antes da manifestação do capital produtivo (industrial). Seus proprietários, fixados nos centros urbanos, não faziam (nem fazem) apenas o papel de meros intermediários entre os produtores localizados na hinterlândia ou, hoje, nos “centros” produtivos do país, e os consumidores espalhados no vasto território nacional.

Com a divisão social do trabalho – entre campo e cidade – amadurecida, o capital mercantil reinou soberano nas vilas, cidades e hoje por toda parte de nossas áreas urbanas.

Com relação ainda ao passado recente, cabe dar destaque a importância do capital mercantil para o sucesso do ciclo da produção cafeeira. Esse importante ciclo de acumulação exigiu do capital mercantil o máximo de “eficiência” no que dizia respeito à formação de um urbano que possibilitasse a realização da mercadoria café no mercado. Assim “a atividade de comércio de exportação e importação; o desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura – portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações – bem como daquelas inerentes a própria urbanização, como o comércio, por exemplo” (CANO, 1983, p. 21) foram atividades preponderantemente do capital mercantil apesar de estarem intimamente correlacionadas à produção do café. Pode-se somar àquelas, a de grande financiador da produção cafeeira.

Embora pareça lugar comum, faz-se mister lembrar que no que tange às atividades de serviços, organizadas e ampliadas pelo capital mercantil – obviamente com forte incentivo do Estado – a presença do capital estrangeiro foi marcante. Financiaram a construção de ferrovias, ampliação e construção de portos e demais serviços urbanos como: iluminação e transporte públicos, água e esgotos, terraplanagem de ruas e mesmo construção de bairros inteiros.

No Brasil, por exemplo, o capital mercantil construiu parte das condições objetivas necessárias ao surgimento da indústria. A outra parte (abolição da escravatura; superação da condição de colônia; superação do modelo agrário exportador como centro dinâmico da acumulação capitalista nacional; afirmação da indústria como setor dinâmico da acumulação, sobretudo a partir da década de 50 do século XX, etc.), coube ao próprio processo histórico, ao florescer e desenrolar dos fatos.

Nas sociedades subdesenvolvidas o capital mercantil tem uma importância que não se esgota com a supremacia da fase de acumulação do capital produtivo. Poucos enfatizam, mas francamente, desde Marx, o capital mercantil foi o calço do capital produtivo. A passagem que segue é sugestiva nesse sentido:

“No curso da análise científica, a formação da taxa geral de lucro parece provir dos capitais industriais e da concorrência entre eles, e só mais tarde é ajustada, completada e modificada pela interferência do capital mercantil. *No curso do desenvolvimento histórico sucede o oposto.* É o capital mercantil que primeiro determina os preços das mercadorias mais ou menos pelos valores, e é na esfera da circulação, mediadora do processo de reprodução, que inicialmente se forma uma taxa geral de lucro. *Primitivamente, o lucro comercial determina o lucro industrial.* Só quando se implanta o modo capitalista de produção e o próprio produtor se torna comerciante, o lucro mercantil se reduz à parte alíquota – da mais valia global – que cabe ao capital mercantil, por sua vez

parte alíquota do capital global ocupado no processo social de reprodução” (MARX, 1985, p. 331).³

Ainda numa perspectiva teórica é interessante a construção que segue abaixo sobre o capital mercantil em suas duas formas mais bem desenvolvidas:

“Voltando ao capital comercial e usurário, notamos que essas formas de capital aparecem como premissas necessárias ao regime de produção capitalista ao promoverem a mercantilização da produção, ao impulsionarem a divisão social do trabalho etc. Entretanto, desencadeado o processo de proletarianização e de liberação dos meios de produção, o desenvolvimento do comércio e da usura manifesta-se como condição necessária para o surgimento do capital produtivo por outra razão: porque a centralização de capital dinheiro em mãos de comerciantes é momento necessário para que este capital possa, defrontando-se com meios de produção e trabalho livre no mercado, dar origem ao capital produtivo. Vale dizer, é o patrimônio dinheiro de comerciantes e usurários que pode comprar meios de produção e força de trabalho, com a finalidade de produzir de forma capitalista.” (OLIVEIRA, 2003, p. 37)

Embora esse tenha sido um ponto pouco abordado no debate desenvolvimentista nacional, nossos economistas não deixaram de reconhecer sua importância: “O capital industrial circunscrito a poucos ramos da produção – notadamente bens-salário – instala-se como uma *projeção do complexo mercantil*”⁴. (LESSA & DAIN, 1998, p. 252)

No Brasil, no período da indústria açucareira, da mineração, do ciclo do café, da borracha e do algodão, para ficarmos apenas nos maiores ciclos econômicos antes do alvorecer da indústria como centro dinâmico da acumulação nacional, o capital mercantil orientou a produção e distribuição daqueles produtos nos mercados internacional e nacional. Foi, portanto, responsável pela formação dos primeiros agrupamentos urbanos que surgiram por força daqueles ciclos. Mais tarde, quando o capital mercantil já havia imprimido seu comando sobre a acumulação nacional, surge o capital produtivo (industrial). Este último, embora independente, se valorizava sobre a égide, ou melhor, sobre uma ordem estabelecida pelo primeiro. Assim pode-se afirmar que a indústria “surge como uma diferenciação do complexo, mas tanto suas condições de realização como reprodução são determinadas pelas outras órbitas do capital”. (LESSA & DAIN, 1998, p. 252)

Nas sociedades subdesenvolvidas dois aspectos do capital mercantil são marcantes: sua capacidade de mutação e de adaptação às diversas conjunturas econômicas. Além destas, tem uma exuberante capacidade para migrar em diferentes direções se metamorfoseando em diferentes capitais, até mesmo no industrial. No Brasil desempenhou uma funcionalidade que

³ Os grifos são nossos.

muitas vezes o levou a operar como se outro tipo de capital fosse. Diríamos mesmo que foi sob a auréola do mesmo que a burguesia brasileira encontrou um seguro veículo que a tem conduzido pelo incipiente ciclo econômico nacional.

Não obstante, o que queremos sustentar neste ponto do nosso ensaio é que o capital mercantil assume uma tarefa superior: a de coordenação do espaço urbano. Não se trata unicamente de viabilizar a circulação da mercadoria como capital comercial ou do dinheiro como, a priori, capital usurário. Brandão (1996, p. 9) afirmou que o melhor quadro para a especulação do capital comercial e usurário seria a movimentação dos mesmos “entre dois espaços geográficos em graus diferenciados de desenvolvimento de suas forças produtivas”.

Todavia, pretendemos registrar que esse movimento do capital mercantil assegura-lhe valorização não apenas na viabilização da circulação da mercadoria produzida, ou seja, na realização da mais-valia ou pela circulação do dinheiro a empréstimo. Ele se reproduz na transformação/construção do próprio espaço urbano ou rural. O solo urbano, ou como queremos sustentar, o espaço urbano, passa a ser sua mercadoria mais valiosa.

Em várias regiões, dependendo da intensidade do ciclo econômico, o capital mercantil foi chamado a financiar a modernização da infra-estrutura (portos, aeroportos, estradas, armazéns, etc.); as atividades de exportação-importação; a semeadura; etc. Em todas as regiões este capital esteve – e está – ativamente presente na construção do urbano. O equipamento citadino foi, em grande parte, por ele erigido.

Nos estados onde o capital industrial aflorou e mostrou sua força relativa – São Paulo e Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – o desenvolvimento econômico foi mais próspero, pois compensou o espírito arreado, o nomadismo e o predadorismo do capital mercantil, sobretudo daquele capital mercantil arcaico.

Os tentáculos do capital mercantil foram mais danosos no Nordeste, onde o capital industrial durante muitas décadas, não foi decisivo à acumulação regional. O maior problema é que o capital mercantil não é revolucionário no que tange aos investimentos produtivos, à capitalização produtiva, pois está preso à sua real forma de valorização que se dá na esfera da circulação, da compra barata e da venda cara; do financiamento com juros escorchantes; do controle da propriedade da terra (rural e urbana) e sobre as instituições políticas municipais e estaduais.

O capital mercantil se impõe, ainda hoje, como um dos principais agentes das transformações econômicas, sociais e políticas no Nordeste e em parte das regiões Centro-Oeste e Norte. Está muitas vezes transfigurado em fazendas de gado, de trigo, de soja; frigoríficos;

⁴ Os grifos são nossos.

construtoras; empresas de transporte; casas de importação/exportação e diversas outras atividades econômicas inclusive estoque de terras improdutivas. Por fim, um urbano cuja base de sua economia é de domínio preponderante do capital mercantil, como no Nordeste, é um urbano com fortes possibilidades de permanecer no subdesenvolvimento.

De acordo com Cano (1988) a alteração da realidade exposta acima só poderia ocorrer a partir de dois impulsos: 1) se por ventura outro bloco de capital (industrial, por exemplo) tivesse seus interesses ameaçados pelo capital mercantil o que levaria a um forte embate entre diferentes blocos de capitais com o sucumbimento do mercantil ou 2) se a União praticasse políticas no sentido de desconcentrar o poder econômico-político do capital mercantil em determinadas regiões do país. No que diz respeito essencialmente ao Nordeste não há evidências de tais impulsos em dimensões capazes de solucionar esse poderio conservador.

Em nossa sociedade o urbano parece ter sido produto da necessidade de valorização do capital mercantil, ou seja, esteve sempre no circuito do complexo mercantil (comercial, bancário, agrário) e, mais tarde, por outro lado, adensou as condições necessárias à catalisação do mesmo, numa relação de reciprocidade necessária a existência de ambos. Eis aqui o desenrolar de nossa tese neste ensaio: o capital mercantil erigiu e destruiu povoados, vilas, cidades, redes urbanas, etc. Este movimento designamos desde o primeiro tópico de *o urbano em processo*. Seu poder sobre a organização do espaço urbano – no Brasil – parece não ter limites.

Alhures, como exposto acima, criou um espaço urbano capaz de doar-lhe as necessárias condições de expansão. Em nossa contemporaneidade, continua abandonando ou regressando, destruindo, construindo e reconstruindo áreas inteiras. Inventar espaços urbanos valorizáveis onde jamais se imaginou ser possível morar, trabalhar, estudar, se tratar ou mesmo se divertir. Muitos desses espaços têm vida curta. As perdas são grandes e,

“Lo peor de todo es que vemos que el capitalismo trata de superar las barreras espaciales creando infraestructuras físicas que están inmóviles en el espacio y que son sumamente vulnerables a la devaluación específica del lugar. Los caminos, vías férreas, canales, aeropuertos, etc. no puede ser cambiados de lugar sin que el valor cristalizado en ellos se pierda” (HARVEY, 1990, p. 382).

Quando o capital mercantil encontra limites à sua valorização migra, circulando constantemente em busca de novos espaços que lhe assegurem condições à sua expansão ininterrupta. “Nenhuma classe de capital tem mais facilidade que o capital mercantil, para mudar de destino, de função” (MARX, 1985, p. 325). Deixemos, pois, a questão nesse ponto.

3. A Ocupação do Espaço Urbano e a Valorização do Capital

Inicialmente observamos nos tópicos anteriores que após a produção de mercadorias e serviços faz-se necessário que os mesmos encontrem as devidas condições de circulação para que nessa esfera possam se realizar. Nesta perspectiva tanto o capital produtivo quanto o mercantil são beneficiários do equipamento urbano. Todavia, como argumentamos, o capital mercantil terá um vasto domínio do espaço urbano e nele aparecerá sob diversas roupagens, com diversas faces.

Faz-se mister prestar particular atenção à circulação do capital em ambientes construídos e, em especial, a construção de ambientes por ele. Assim, chamamos a atenção para que tipo de capital mercantil buscamos explicação. Não estamos nos referindo ao que se localiza na produção de serviços ou na compra e venda de mercadorias em geral, o capital mercantil em sua forma comercial. Trata-se do capital mercantil que tem como meta a apropriação de rendas, lucros e dividendos provenientes da especulação com o espaço especificamente urbano.

Por isso, a dinâmica exposta acima fica mais complexa quando o próprio espaço urbano é 1º) *marco de valorização de capital*, quando produção e circulação de diversas mercadorias ocorrem em seus domínios territoriais e, 2º) *objeto do lucro*⁵ quando o mesmo é a mercadoria tencionada (produzida, vendida, comprada, trocada, etc.) e transformada. É este segundo aspecto que mais nos interessa neste tópico do presente ensaio, ou seja, entender a propriedade, a apropriação, o financiamento, a construção e os investimentos feitos no espaço urbano como meio de valorização do capital mercantil, esteja este nas mãos do incorporador, do construtor, do financiador ou do investidor no patrimônio imobiliário urbano.

Para Ribeiro (1997) o solo urbano tem um “valor de uso complexo”. Mas, o que é “valor de uso complexo”? Essa categoria não existe em Marx e precisaria ser melhor qualificada já que o autor deseja utilizá-la como categoria analítica. Lendo e relendo o excelente livro do autor, “Dos Cortiços aos Condomínios Fechados” – refiro-me especificamente ao capítulo 1 –, entendi que o mesmo defende que a demanda pelo solo urbano é sempre superior a sua oferta e que cada agente demandante tem interesse particular no uso dessa propriedade, daí a “complexidade” do valor de uso.

Assim, tendo a interpretar que o que o professor Ribeiro denomina “valor de uso complexo”, diz respeito às diversas possibilidades de especulação com o espaço urbano o que é diferente da categoria valor de uso de Marx. Para este último autor a mercadoria tem duas polaridades: valor de uso e valor de troca. De certo que a mercadoria satisfaz como valor de uso,

⁵ Essas duas formas de apresentação do espaço urbano pertencem a Ribeiro (1997).

mas para o capitalista (que demanda o solo urbano) lhe satisfaz muito mais o valor de troca, ou melhor, o valor.

Com exceção do proprietário de moradia que a tem com o fim exclusivo de valor de uso, todos os demais agentes tratados por Ribeiro (1997) são personificação daquele capital. Este último aspecto do problema não foi enfatizado pelo autor, embora esteja subentendido para os mais atentos. Não há evidências de que os demais proprietários (capitalistas) do solo urbano o desejem com o fim último de valor de uso. Um vende; outro compra; outro constrói; outro tem a capacidade de dominar todas essas etapas da valorização do capital.

Ocorre um conflito no interior do bloco do capital mercantil e neste conflito o que vale é a valorização desse capital através do domínio da maior parte ou da melhor qualidade (ou de ambos) do que Ribeiro chamou em sua tese de “efeitos úteis de aglomeração”. Estes últimos, para o autor, são o conjunto de todas as externalidades “que tem como gênese o processo de produção e de circulação de mercadorias”. Em nossa concepção a importância dos “efeitos úteis de aglomeração” não se explica por apenas terem como gênese o processo de produção e de circulação de mercadorias, mas por servirem como um *eternum mobili* de catalisação dos diversos e conflituosos interesses sociais que se reproduzem ao reproduzirem incessantemente o espaço urbano. Inclui-se nessa dinâmica o proprietário não-capitalista.

A terra é um bem que não se pode produzir e por este motivo não tem valor, pois não é fruto do trabalho humano, afirmou Ribeiro (1997) em sua tese. Prosseguindo em seus argumentos o autor afirma que embora não tenha valor a terra adquirir um preço devido a demanda suscitada pelos agentes acima expostos, ou seja, “(...) a tese que esposamos é que a terra urbana somente adquirir um preço porque o seu uso permite aos agentes econômicos obterem ganhos extraordinários nos investimentos que realizam na cidade.” (RIBEIRO, 1997, p. 40).

Embora a terra não possa ser produzida, é mercadoria por fazer parte de um modo de produção superior onde as relações sociais entre as pessoas são mediadas pela propriedade privada e, neste sentido, a própria terra assume o *status* de mercadoria. Sua propriedade permite a apropriação de lucros, sobretudo se for terra localizada em áreas urbanas como sugere o autor na passagem acima. De fato a terra não pode ser produzida, mas o espaço urbano sim e entre um e outro, acreditamos, há uma diferença substancial. É o espaço urbano concreto (social, político e econômico) – ao estilo de Coraggio (1988) – que é produzido e reproduzido, comprimido e ampliado, conservado e modificado.

O espaço urbano é a terra politizada. É o locus catalisador das relações entre o capital e o trabalho, da produção de mercadorias, da construção e da desconstrução imobiliária, do moderno

e do arcaico, da riqueza e da pobreza, do conflito inter e intracapitalista pela apropriação do lucro especulativo derivado dos negócios com o solo ou, numa versão histórica mais elevada deste, com o espaço urbano.

Mas, faz-se mister ratificar: mesmo a terra não sendo fruto do trabalho humano apresenta-se para os agentes econômicos como um instrumento capaz de garantir ao seu proprietário, renda (se o proprietário a aluga a outro capitalista), lucros (se o proprietário reproduz seu capital vendendo e comprando terras) e juros (se os ganhos capitalistas derivam de títulos de propriedade negociadas em Bolsas de Valores). (HARVEY, 1990)

Para Ribeiro (1997) o maior empecilho ao acesso às terras urbanas seria posto pela propriedade privada do solo urbano. Ao afirmar isso se referia ao fato de que o capital tem como limite – à sua movimentação/valorização no solo urbano – a propriedade privada desde uma propriedade mais simples como, por exemplo, uma residência. A primeira vista temos a tendência a concordar com o autor. Obviamente que existe alguns empecilhos ao avanço do capital no que tange ao monopólio das terras urbanas, pois como bem afirmou Ribeiro (1997) sua oferta é escassa e, além do mais, não é uma mercadoria como outra qualquer que se pode produzir quando a demanda assim exigir.

Mas, em primeiro lugar, a propriedade privada, a escassez e a impossibilidade de se produzir o solo urbano só o torna mais desejado, mais caro e disputado pelas diversas frações do capital mercantil. Em segundo lugar, a propriedade não-capitalista do solo urbano em áreas de “efeitos de aglomeração” consolidados é de quantidade exígua e de qualidade inferior à propriedade capitalista do mesmo. Essa propriedade não concorre com a propriedade capitalista no espaço urbano, antes, está submissa a ela.

Se a propriedade privada (territorial/espacial) confere poderes exclusivos a alguns agentes, por esses terem o monopólio sobre certas porções do planeta, esses agentes só podem ser os capitalistas. Ou seja, é o capital (a propriedade capitalista do solo) o único limite à sua valorização no espaço urbano não a propriedade particular de um morador urbano em área de “efeitos de aglomeração”, por exemplo, ou qualquer outra propriedade, como a camponesa.

Por isso, acreditamos, salvo as áreas públicas de domínio das Forças Armadas, Universidades, demais instituições de pesquisa, etc., nenhuma outra se constitui em limites à movimentação/valorização do capital. É inócua a preocupação com a propriedade não-capitalista do solo urbano (seja ela residencial ou propriedade camponesa). Sob o regime do capital essas propriedades só se constituem em obstáculos temporários à movimentação do mesmo.

A movimentação do capital pelo espaço é desigual e combinado como bem nos alertou Mandel (1985). Penetra em determinados territórios de forma relativamente pacífica e em outros

de forma violenta. O resultado dessa movimentação tem sido a concentração de riqueza em determinadas zonas metropolitanas de grande complexidade. Essa concentração tem assegurado os “efeitos úteis de aglomeração” que fortalecem as possibilidades de sobrelucros nessas áreas. Atualmente o comando dessa acumulação geral é do capital financeiro

Mas, apesar do poder incontestado do capital financeiro, as esferas de valorização do capital produtivo e mercantil continuam bem definidas. O capital financeiro possibilita, pela ampliação do crédito, a reprodução do capital produtivo e do mercantil. Para Harvey (1990) há uma forte tendência da produção e manutenção dos ambientes produzidos serem levados a cabo por um sistema significativamente especializado, onde cada agente econômico (capitalista) realiza o seu papel “separadamente ou em combinações limitadas”. Como exposto no tópico anterior, faz-se necessário prestar atenção meticulosa à metamorfose do capital mercantil, sobretudo na periferia. Nela, já foi registrado nesse ensaio, esse capital foi inclusive industrial.

Destarte, na construção e na manutenção do espaço urbano todas as facções de capital encontram condições potenciais para desfrutarem dos “efeitos úteis de aglomeração” até que esses não mais viabilizem os lucros requeridos. Neste momento, o urbano passa por profundas modificações. Voltamos a nossa tese inicial, *o urbano em processo*, em constante transformação.

Assim, temos elementos para acreditar que o espaço urbano é palco não apenas da movimentação do capital mercantil mas do conflito entre diversas facções do capital e delas com o trabalho sob a coordenação do capital mercantil, porém submetido à lógica de valorização do capital produtivo que por sua vez está submetido à lógica de valorização do capital financeiro. É uma hierarquia que mantém as posições conflitivas entre os agentes que tencionam o espaço urbano. Um agente capitalista não invade o espaço do outro, pois este *acordo* constitui um pilar à valorização de todos. Neste caso o embate será mais radical no interior de cada bloco de capital do que entre os mesmos.

Os agentes capitalistas conflitam pelo espaço urbano tão-somente na medida em que viabilizam a valorização de seus capitais. Os proprietários de terras percebem rendas; os incorporadores e construtores lucros; os financiadores e avaliadores de títulos de propriedade, juros. O Estado se apropria de um quinhão significativo dessa mais-valia na forma de impostos. Em suma, se não todos, muitos acumulam ao se apropriarem de parte da mais-valia na circulação.

Desta forma, o espaço urbano construído é o mais fértil ambiente para produção, circulação e apropriação da mais-valia. Defendemos no tópico 2 deste ensaio que o capital mercantil se valoriza ao ocupar e ao abandonar o espaço urbano. Esse movimento de ocupação e abandono do ambiente construído dependerá, como bem enfatizou Harvey (1990), de uma série

de arranjos institucionais que são estrategicamente conformados para coordenar, a produção, o uso, a transformação e o abandono de elementos particulares dentro do ambiente construído.

Por conseguinte, podemos afirmar que o espaço urbano tem um forte significado como instrumento de valorização do capital e como viabilizador de apropriação de vários tipos de rendas, como já colocamos acima. É possível especular através do mesmo inclusive em âmbito internacional, quando está na forma de títulos na Bolsa de Valores. Por este motivo, encontra-se no centro das grandes crises capitalistas.

4. O Urbano Resultante da Crise do Capital em Geral

A partir do término da década de 1970 e do fim do modelo que levou o país ao “milagre” econômico, as décadas que a sucedem foram marcadas por pífio desenvolvimento econômico e de grandes crises sociais, sobretudo nas cidades. À inflação e desemprego da década de 1980 somam-se a abertura econômica e as privatizações da década de 1990 que, por conseguinte, contribuíram para o desaparecimento de milhões de postos de trabalho e acarretaram forte precarização nas relações de trabalho nos grandes centros manufatureiros do país (BIONDI, 1999 e MATTOSO, 1999); o enfraquecimento ininterrupto dos Sindicatos de trabalhadores de vários segmentos da economia debilitando ainda mais os já decadentes focos de resistência ao ideário neoliberal.

Dessa reestruturação produtiva surge um novo urbano. No mundo desenvolvido surge o urbano dos serviços sofisticados que em certa medida também ocorreu nas grandes cidades dos países periféricos, revelando com mais clareza a barbárie social.

O caos urbano brasileiro se expressa no alto índice de criminalidade que pairou sobre os aglomerados urbanos. De acordo com Maricato (2002, p. 34), as áreas de maiores conflitos sócio-econômicos são as que concentram: “baixa renda, baixa taxa de escolaridade, maior proporção de negros entre os moradores, maior taxa de desemprego, maior número de moradores de favelas, piores condições de moradias e urbanística”. Sem emprego e sem renda, a população disputa o que restou do urbano nacional. São encostas, áreas de manguezais (ver, em especial, os casos do Rio de Janeiro e de Recife), áreas de preservação ambiental, viadutos, marquises, ruelas e calçadas.

A edificação da cidade ilegal não pára. São verdadeiras cidades de latas que, como dunas, se movem do centro à periferia (e vice-versa) das grandes e médias cidades do Brasil. Sem entrar em detalhes, significativa parte das grandes metrópoles nacionais passa por incríveis transformações “arquitetônicas” entre o crepúsculo e o alvorecer. Nesse ínterim surgem e

desaparecem as cidades de latas e de papelões. Essa é a manifestação decalcada do *urbano em processo*. Nesse estado de coisas, tudo parece ser exatamente a ordem do dia. O processo de urbanização é na verdade o processo de produção da cidade ilegal que, por sua vez, passa a ser um fenômeno cotidiano e banalizado. O urbano legal pertence cada vez mais ao capital, pois a ele está segregado.

Os (des)caminhos que as políticas econômica e social viriam percorrer nos anos 90, devido a adoção incontestada do Consenso de Washington, refletiram negativamente nos principais pilares da autonomia nacional. O espaço deixado pela perda da capacidade de planejamento urbanístico foi ocupado pelo plano estratégico de urbanização. Aqui paira um grande impasse: até meado dos anos 80 tínhamos o planejamento urbano como política social universal (embora apenas paliativamente encarou o problema da urbanização brasileira); hoje temos o plano estratégico de urbanização que, como o conjunto do receituário neoliberal, tem propostas focalizadas para as crises urbanas.

O plano estratégico, por não ser universal, age sobre determinado epicentro econômico citadino, sobretudo, nos recortes urbanos onde já estão amadurecidos os anteriormente citados “efeitos de aglomeração”. Atua sobre o ambiente construído, modificando-o, porém, não toca nos problemas sociais específicos daquele recorte. Essas ações são expostas pela máquina publicitária dos poderes executivos como necessárias para a totalidade dos interessados no desenvolvimento local. É a intervenção que ordena e cria a cidade mercadoria, vitrine. (VAINER, 2003).

Esse é um tipo de intervenção que irradia poucos efeitos – sociais e econômicos – positivos. Primeiro, porque atua exatamente em áreas onde já se encontra instalado determinada dinâmica (re)produtiva privada com significativo aporte de empreendimentos públicos, em detrimento das áreas periféricas onde de fato os problemas urbanísticos se aglomeram em quantidade e qualidade assustadoras. Segundo, porque fazem esses investimentos vendendo falsas promessas de aumento de empregos, devido à atratividade de empresas para áreas que ofereçam as reais possibilidades infra-estruturais; melhoria da qualidade de vida dos usuários daquelas áreas; etc.

Terceiro, porque desde que as unidades federativas foram forçadas a assumir as iniciativas pelo “sucesso” das cidades o que se viu foi o capital se fortalecer através da apropriação de todas as vantagens (comparativas) possíveis oferecidas pelos executivos estaduais e municipais. É um momento ímpar vivido pelo capital.

Na falta de Políticas de Planejamento – que quando existiam atenderam plenamente as expectativas do capital, no longo curso de sua implementação (1955-1980) – utiliza-se o Plano

Estratégico Urbanístico como forma de fortalecer a continuidade da acumulação capitalista, agora, muito mais específica e com maior racionalidade. A ação do capital está centrada em áreas onde o setor público (executivos estaduais e municipais) preparou o *locus* urbano e se encarregou de recepcionar o capital.

Ao Estado cabe a tarefa de regularizar não apenas a ocupação do solo urbano ilegal – tarefa inclusive que tem ampliado os ativos capitalistas em detrimento dos ativos públicos – mas, sobretudo, do solo urbano legal. É este último o “Calcanhar de Aquiles” do urbano nacional.

A fragilidade do Estado para defender a “disciplina” da ocupação do espaço urbano mais rentável torna cada vez mais escasso o solo urbano e, portanto, cada vez mais impossível conter o avanço da cidade ilegal. Ou seja, para conter o avanço desta última, acreditamos, dever-se-ia implementar esforços – se ainda for possível – para conter o monopólio do solo urbano por uma fração da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, enfrentar o caos urbano, os problemas da cidade ilegal, a ocupação de áreas de preservação ambiental ou de áreas cuja topografia seja de grande risco à vida daqueles que são deslocados para as mesmas.

5. Considerações Finais

Registramos em diferentes momentos desse trabalho que o urbano é o *locus* catalisador de diversos conflitos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. Com base nessa complexidade, deixamos claro que não tem como conceituá-lo de forma precisa. Assim, o mais importante é tentar entendê-lo em seu movimento contraditório de construção e de destruição enquanto espaço social constituído utilizando-se para tanto da transdisciplinaridade envolvida no esforço de compreensão do mesmo.

Estudado sob diversas perspectivas (arquitetônica, antropológica, geográfica, econômica, política, filosófica, social, etc.), o urbano é a síntese do movimento humano no espaço. É uma síntese indutora de novas transformações. Todavia, sob o aspecto puro da acumulação de capital, defendemos que foi – e é – *locus* construído e organizado pelo capital mercantil, possibilitando, especialmente nas sociedades subdesenvolvidas, o surgimento do capital industrial.

Em nossa análise insistimos na existência contraditória do fenômeno urbano: *Locus* de valorização do capital e mercadoria – tencionada por diversos agentes sociais – cuja propriedade tem assegurado a apropriação de rendas extraordinárias.

Embora a análise aqui estabelecida tenha incidido sobre o caso brasileiro, o fenômeno urbano enquanto produto da acumulação do capital ocorre em qualquer realidade social capitalista de forma contraditória, complexa e dinâmica, portanto, em processo.

6. Referências Bibliográficas

- ALONSO**, Carlos. Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Unesp/Unicamp, 1ª ed., 2003.
- BIONDI**, A. O Brasil Privatizado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BRANDÃO**, Carlos Antônio. Anotações Sobre o Capital Mercantil. Campinas: UNICAMP/IE. (Mimeo.), 1996.
- CANO**, Wilson. Notas Sobre o Capital Mercantil. Campinas: Unicamp (mimeo), 1988.
- _____, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiros, 2ª ed., 1983.
- _____, Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995). Campinas: UNICAMP-IE, 2ª ed., 1998.
- CANO**, Wilson & **BRANDÃO**, Carlos A. (Org.). A Região Metropolitana da Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: UNICAMP, 2002.
- CORAGGIO**, José L. Territorios e Transición: critica a la planificación regional em América Latina. Ecuador: Ciudad Quito, 2ª ed., 1988.
- CLEMENTINO**, Maria do Livramento Miranda. Desigualdades Sócio-Espaciais na Região Metropolitana da Natal/RN. Natal: (Projeto de Pesquisa/mimeo.), 2001.
- DEFFONTAINES**, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades. Bulletin de la Société de Géographie. Ano 59 – Tomo 82 – Nº 9, Lille, 1938.
- FARIA**, Vilmar. O Processo de Urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Associação Brasileira de Estudos populacionais/Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão, 1978.
- _____, Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil. São Paulo: Novos Estudos SEBRAP, nº 29, 1991.
- FRAGOSO**, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO**, João Luís e **FLORENTINO**, Manolo. O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (11790-1840). Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1993.
- GALBRAITH**, J. K. O Colapso da Bolsa – 1929. São Paulo: Pioneira, 5ª ed., 1988.
- GEIGER**, Pedro P. Evolução da Rede Urbana Brasileira. Rio de Janeiro: CBPE, 1963.
- HARVEY**, David. Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HILFERDING**, Rudolf. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IPEA/IBGE/NESUR/IE-UNICAMP**. Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil. Campinas: UNICAMP-IE, V. 1, 1999.
- KOWARICK**, Luciano. Investigação Urbana e Sociedade: comentários sobre nuestra América IN: Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa. (Orgs.) REIS, Elisa. ALMEIDA, Maria Hermínia T. de & FRY, Peter. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.
- KUHN**, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989.
- LENINE**, F. I. O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. Obras Escolhidas, Ed. Alfa-Omega, 3ª ed. São Paulo, 1986.
- LESSA**, Lessa & **DAIN**, Sulamis. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento IN: Desenvolvimento Capitalista no Brasil. (Orgs.) BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata. Campinas: UNICAMP-IE, 4 ed. Volume 1, 1998.
- LOBATO**, Monteiro. Cidades Mortas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1948.
- MANDEL**, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed. 1985.
- MARX**, Karl. O Capital: crítica da economia política, Livro 1/Volume I – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Ed. Difel, 1985a.

- _____, O Capital: crítica da economia política, Livro 3/Volume V – O Processo Global de Produção do Capitalista. São Paulo: Ed. Difel, 1985b.
- _____, Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. Grundrisse, Siglo XXI. Buenos Aires: Argentina Editores, 2º VI, 1973.
- MARICATO**, Ermínia. Brasil, Cidades: alternativa para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2ª ed., 2002.
- MATTOSO**, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- PACHECO**, Carlos A. & **PATARRA**, Neide (Org.). Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil. Campinas: UNICAMP-IE, 2000.
- POPPER**, K. A. Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, 1975.
- RIBEIRO**, Luiz César. Dos Cortiços aos Condomínios Fechados. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SCHWARTZ**, Stuart. Segredos Internos, Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia da Letras, 1988.
- SINGER**, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Nacional, 1968.
- _____, Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 13ª ed., 1995.
- TAVARES**, M. C. Ciclo e Crises: o movimento recente da industrialização Brasileira. Campinas: UNICAMP-IE, 1998.
- VAINER**, Carlos B. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático, IN: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Nº 105. Curitiba: IPARDES, julho/dezembro, 2003.